



## A TECNOLOGIA COMO FERRAMENTA PARA A LUTA INDÍGENA: DECOLONIZANDO A INTERNET

Amirele Porto Machado  
Raimundo Wilson Gama Raiol

### Resumo

O presente trabalho visa abordar aspectos relacionados ao uso das tecnologias e da internet como ferramentas colaborativas e fundamentais para a luta dos povos indígenas. A história contada pelos que padeceram com a invasão europeia, bem explica como foi o processo da colonização e as ruínas que deixou dentro das comunidades indígenas. Chegaram os invasores dizendo que os indígenas nem alma tinham e, portanto, não eram ninguém, além de mentiras como a do indígena não ser capaz; subestimaram a inteligência, integridade e capacidade do indígena para ocupar lugares de poderio ou qualquer outro espaço. Aqui, nesse contexto, a internet. A tecnologia, em razão de seu avanço, chegou até as aldeias e, dessa forma, tomou-se posse dessa ferramenta como uma aliada na luta dos indígenas pela sua sobrevivência. E a partir de então, por meio do uso desses instrumentos passou-se a mostrar a realidade vivenciada no chão do território.

**Palavras-chave:** Tecnologia; Internet; Ferramenta de Luta; Povos Indígenas; Decolonização.

This work aims to address aspects related to the use of technology and the internet as a collaborative and fundamental tool for the struggle of indigenous peoples. The story told by those who suffered from the European invasion explains well what the colonization process was like and the ruins it left within indigenous communities. They arrived saying that the indigenous people didn't even have a soul and, therefore, were nobody, in addition to lies such as that the indigenous people were not capable; they underestimated the intelligence, integrity and ability of indigenous people to occupy places of power or any other space, and here, in this context, the internet. Technology, due to its advancement, reached the villages and, in this way, this tool was taken possession of as an ally in the indigenous people's fight for their survival. And from then on, through the use of these instruments, the reality experienced on the ground in the territory was shown.

**Keywords:** Technology; Internet; Fighting Tool; Indian people; Decolonization.

### 1. Introdução

Um dos resquícios marcantes na vida dos povos indígenas deixados pela colonização é o estereótipo que a sociedade criou e em que acredita fielmente. É comum ouvir de não indígenas: “índio sabe ler?”, “índio tem carro”, “índio tem celular?”, “tem internet via wi-fi na aldeia?”. O indígena, na visão da sociedade não indígena, ainda é aquele “ser primitivo”,





que vive nas matas sem contato social, que anda nu e não compreende o mundo fora da aldeia; que sobrevive somente de pesca e caça; aquele ser “atrasado”. Essa é uma das mentiras mais contadas sobre o indígena no Brasil (BRANDT, 2014).

Uma pesquisa feita acerca do Ser Indígena, a partir do olhar do não indígena (CORREIA, MAIA, 2019) aponta que “Sujeito distinto” foi a categoria com maior número de evocações referentes aos aspectos que diferenciam o indígena do não indígena e ainda houve respostas como: “O que eu conheço é o que a gente vê na televisão”. Além disso, por muito tempo, a mídia mostrou o que ela queria, mas nem sempre era o que ou quem de fato os indígenas representam.

Atualmente, esse cenário vem apresentando mudanças e tomando outros rumos. Indígenas, quilombolas e outros povos tradicionais estão demarcando os espaços nas universidades, desenvolvendo suas próprias pesquisas e aliando conhecimentos científicos e acadêmicos com conhecimentos científicos tradicionais. E mesmo a juventude indígena que (ainda) não ingressou nas universidades usa das ferramentas tecnológicas em prol de suas comunidades.

As tecnologias, com seu avanço nos últimos anos, têm se mostrado como importantes ferramentas, nas demandas das comunidades indígenas. O uso de celulares, por exemplo, faz registros do dia a dia na aldeia, mostrando a realidade como ela é dentro do território, transformando-se em uma maneira de falar por si mesmo; muito mais que isso, para a partir de diversas maneiras de usos, tais como para a proteção de seus territórios tradicionais, fazer registro de suas manifestações culturais, planejamentos e denúncias acerca das violações sofridas dentro das terras indígenas, fortalecendo o protagonismo e autonomia de suas histórias, tornando-se assim uma ferramenta de luta.

Por muito tempo, falaram sobre nós, decidiram sobre e por nós, manipularam a mídia em nosso desfavor, mas agora, iremos falar por nós, até porque quem melhor do que nós para falar de nós mesmos. Quem melhor do que nós para dizer e mostrar a realidade vivenciada nos territórios indígenas e mais uma vez reforçar a importância da tecnologia como ferramenta de fortalecimento para a luta dos povos indígenas. É o modo pelo qual se expressa a coautora deste artigo para retratar a atmosfera sob a qual vivem os povos indígenas, na atualidade.

## 2. Fundamentação Teórica

O presente trabalho se baseou em artigos já publicados em relação ao tema e principalmente observações pessoais feitas pela sua coautora, enquanto uma indígena, que utiliza deste meio para falar de sua cultura e tentar quebrar estereótipos criados, bem como a partir de conversas e assembleias, em que indígenas falam sobre o preconceito e desafios sofridos na internet, vindo de pessoas ainda com a mente colonizada.

Serão dados exemplos de como a ferramenta da tecnologia se tornou uma importante aliada na luta dos povos originários, principalmente, no ano de 2020, durante a pandemia do Covid-19, e, do mesmo modo, a importância dos comunicadores indígenas (influencers digitais, jornalistas, páginas de instagram, fotografias, video makers etc.) na maior mobilização indígena do país, o Acampamento Terra Livre, onde etnias de várias regiões do Brasil se reúnem e levam a efeito os enfrentamentos do território em que vivem. Em razão da tecnologia isso pode ir para além da aldeia, devido ao alcance da internet.

### 2.1. Enfrentamentos de estereótipos na internet



O homem, por ser um ser social, tem por natureza a carência em comunicar-se. A maneira como as sociedades se desenvolveram, ao longo da história, demonstra como a comunicação se construiu, ampliou-se, globalizou-se e, logo, com o surgimento do mundo moderno, para servir ao objetivo da comunicação, criaram-se tecnologias para a informação, as quais se tornaram essenciais no dia a dia. É o caso da internet, que possibilita, por sua vez, o acesso à informação e às redes sociais, conectando os indivíduos.

Engana-se aquele que ainda tem o pensamento de que a tecnologia não chegou às aldeias indígenas. Muitas pessoas indígenas se tornaram influenciadoras digitais e usam a tecnologia a seu favor; outras utilizam as redes sociais para divulgar detalhes de suas culturas e lutar contra estereótipos; agora é como profissão e fonte de renda familiar. Na atual era digital, há quem se incomode ante o fato de pessoas indígenas usarem celular, como se isso fosse algo proibido e fizesse a pessoa menos indígena. O uso da tecnologia tem ajudado no monitoramento das florestas, no mapeamento de violências tanto no território quanto nos corpos indígenas.

No Brasil, os indígenas representam menos de 1% da população do país (IBGE, 2023). Muitas comunidades precisam lutar pelos direitos básicos e combater as atitudes racistas. É uma contínua busca por direitos, em um mundo em que o olhar para os indígenas ainda é de exclusão, seja sobre o que eles são e aquilo que é de seu pertencimento seja na retirada das suas comunidades e territórios de maneira forçada, colocando-os em uma situação de completo isolamento, muitas vezes para a própria proteção deles e da cultura e tradições desses povos. Assim, os povos tradicionais utilizam os meios de comunicação e as tecnologias como ferramentas para dar visibilidade a sua luta.

## 2.2. Decolonialismo: uma breve definição

Como ponto de partida, o decolonialismo surgiu do movimento em contradição à modernidade/colonialidade, como sustenta Walter Dignolo (2007), tendo se iniciado nas Américas, em razão da resistência do pensamento indígena e afro-caribenho.

Sendo assim, faz-se necessário pontuar que as diferenças postas pelos termos “descolonial” e “decolonial” se unem como teóricas e políticas. O decolonial se vê no compromisso de espessar a compreensão de que o processo de colonização vai além de âmbitos econômicos e políticos, penetrando profundamente no que tange à existência dos povos colonizados, mesmo após a era do “colonialismo”. O decolonial seria o que é contrário à “colonialidade”<sup>1</sup>, enquanto o descolonial seria uma contraposição ao “colonialismo”<sup>2</sup>. Mesmo com a descolonização, permanece a colonialidade. Esta se refere ao entendimento de que o término das administrações coloniais e a emergência dos Estados-nação não significam o fim da dominação colonial. A estrutura de poder colonial continua e, portanto, é preciso um movimento teórico-político que a ele se contraponha: o decolonial. Ou seja, não há como

<sup>1</sup>De acordo com Quijano (1992), a colonialidade, como permanência da estrutura de poder colonial, tem como principais alicerces: a “racialização” e as intrínsecas formas racializadas das relações de produção; o “eurocentrismo”, como forma de produção e controle das subjetividades, das existências; a hegemonia do “Estado-nação” que, como processo intrínseco, após o colonialismo, é construído como periferia. Assim, por estes alicerces, o empreendimento colonial permanece vivo, concretizando-se como colonialidade do poder, do saber e do ser.

<sup>2</sup>Para Aníbal Quijano (1992), colonialismo diz respeito a uma “relação de dominação direta, política, social e cultural dos europeus sobre os conquistados de todos os continentes.” Ainda afirma que o “colonialismo, no sentido de uma dominação política formal de algumas sociedades sobre outras, parece assunto do passado”<sup>6</sup> (p. 437).



desfazer o que já foi feito, mas há como mudar os pensamentos e as práticas em relação à colonialidade.

Decolonizar significa, então, possuir o pensamento ou atitude com base no entendimento de que a sociedade foi construída a partir das violências do processo de colonização – como o genocídio indígena e a escravização dos povos africanos. E que os estereótipos criados pelos invasores, mesmo que perdurem até os dias de hoje, não correspondem à realidade.

Como, por exemplo, pode-se acabar com o pensamento de que indígenas não entendem o caráter ilícito das coisas, já que quem criou essa falácia, foram os europeus. Decolonizar é compreender que os povos indígenas têm sua maneira de entendimento e visão de mundo, distinto do europeu e que isso não significa que o ponto de vista indígena seja errado, por não ser o mesmo do europeu.

### 2.3. Paradigma Integracionista

Em 1500, quando os portugueses chegaram às terras brasileiras, se depararam com indígenas que até então aqui viviam. Começou, então, o processo de colonização, pois ao aqui chegarem tinham como ponto de vista a civilização grega, na qual existiam os cidadãos e os estrangeiros. Partindo dessa concepção, algumas indagações surgiram: Os índios são gente? Eles possuem alma? Foi então que criaram a Teoria da Incapacidade Indígena, segundo a qual acreditavam que os “índios” eram incapazes de entender o caráter lícito das coisas.

Somente depois de 1537, advindo a declaração do Papa Paulo III, os indígenas foram considerados seres humanos, porém, até os dias atuais, decorreram séculos de luta pela sobrevivência.

A primeira menção de um ‘direito indígena’ constou da Carta Régia promulgada por Felipe III, em 10 de setembro de 1611:

[...] os gentios são senhores de suas fazendas nas povoações, como o são na Serra, sem lhes poderem ser tomadas, nem sobre ellas se lhes fazem moléstia ou injustiça alguma, nem poderão ser mudados contra suas vontades das capitánias e lugares que lhes forem ordenados, salvo quando elles livremente o quizerem fazer [...]

Em 1910, com a criação do Serviço de Proteção ao Índio – SPI, o qual era comandado pelo Marechal Rondon, começava um período de ‘pacificação e proteção’. Desde aquela época, os indígenas passaram a ser vistos como pessoas titulares de direitos que integravam a sociedade brasileira. Na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934, foi reconhecido a esse povo o direito à terra, o primeiro de alguns direitos que foram conquistados posteriormente.

Art. 5º - Compete privativamente à União:

XIX - legislar sobre:

m) incorporação dos silvícolas à comunhão nacional.

Art. 129 - Será respeitada a posse de terras de silvícolas que nelas se achem. permanentemente localizados, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las. (BRASIL, 1934)

Esse direito e outros ganharam forma nas constituições posteriores, até que, finalmente, na década de 80 do século XX, houve um grande movimento para dar ênfase e visibilidade à causa dos povos indígenas. Por intermédio desse movimento, surgiu uma grande conquista comparada às constituições anteriores.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, houve grandes mudanças: o indígena, que antes era visto como um incapaz, passa a ser considerado sujeito de direitos,



época em que lhe foram reconhecidas as suas diferenças culturais e principalmente o direito de permanecer como tal, nos termos do art. 231 da Carta Magna:

“São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.”  
(BRASIL, 1988)

Mesmo no ano de 2024, ainda se acredita na Teoria Integracionista, vale dizer, de que o indígena entende o caráter ilícito das coisas a depender do nível de sua integração na sociedade não indígena. Com base nesse pensamento é que muito descaso acontece em processos criminais que envolvam indígenas. Nesse contexto, oportuno o pensamento de SOUZA FILHO:

A verdade é que a questão indígena, desde o descobrimento, tem se pautado pela ideologia da assimilação e integração dos povos indígenas. (...)Esta concepção [da CF/88] é nova, e justificadamente revolucionária, porque rompe com a repetida visão integracionista. A partir de 05.10.1988, o índio, no Brasil, tem direito de ser índio.  
(SOUZA FILHO, 1999)

O indígena não deixa de ser indígena; não perde a sua identidade por saber ler, escrever, morar fora de sua comunidade tradicional ou por usar das tecnologias.

Tendo isso em mente, os povos indígenas usam de meios tecnológicos, políticos e educacionais, para se organizarem em defesa de seus direitos. A seguir será mostrado como essa articulação foi/está sendo feita.

#### 2.4. Acampamento Terra Livre

O Acampamento Terra Livre (ATL) é uma grande assembleia anual na qual se reúnem povos indígenas de diferentes regiões do Brasil, a fim de discutirem sobre suas questões relacionadas a demandas territoriais, culturais e ambientais. O evento é organizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), uma rede que representa diversas organizações indígenas do país.

O ATL se originou por meio de uma ocupação liderada por povos indígenas do sul do Brasil, em frente ao Ministério da Justiça, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. O movimento logo recebeu o apoio de outras lideranças e organizações indígenas de diferentes regiões do país, principalmente da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste e Minas Gerais (APOINME).

O Congresso Nacional foi ocupado pelas pessoas que exigiram o reinício das negociações com o governo Lula, na época, em 2004. Entre as principais demandas dos povos indígenas estavam a demarcação das terras, a criação do Conselho Superior de Política Indigenista, o impedimento e fiscalização das invasões de territórios e a violência contra os povos indígenas, além da participação dos indígenas na discussão das políticas relacionadas a eles. Esse evento fixou o início do ATL, que se tornou um marco histórico para o movimento indígena no país.

O ATL é um espaço de mobilização e articulação política dos povos indígenas, onde são realizadas diversas atividades, como debates, assembleias, manifestações e apresentações culturais, dentre outras. A principal reivindicação dos participantes é o reconhecimento e a demarcação de suas terras, que são constantemente ameaçadas por conflitos fundiários, grilagem, desmatamento, mineração ilegal e outras atividades. O evento também busca





sensibilizar a sociedade brasileira e os governantes sobre a importância da preservação da diversidade cultural e ambiental dos povos indígenas e de seus territórios.

O referido acampamento é muito além de um evento de articulação política, de vez que, nesse espaço, vários indígenas se encontram, podendo entre si compartilharem as suas dores e as suas vivências do lugar de onde vêm e, dessa forma, fortalecendo uns aos outros, na resistência e na continuidade, nesse caminho que é tão árduo. Mesmo que a realidade de cada região seja diferente, a luta é uma só, ou seja, luta pela vida, pelo reconhecimento completo e pela demarcação dos territórios indígenas.

O fortalecimento ao qual se faz alusão muito bem se mostrou no ano de 2020, quando a pandemia Global do Covid-19 também chegou até os territórios indígenas. Daí, pode-se perceber a importância do trabalho coletivo, da informação e principalmente da *internet*, pois esta possibilitou àqueles que estavam no território longe da cidade e “longe do perigo” pudessem de alguma forma se proteger e proteger a sua comunidade.

## **2.5. Acampamento Terra Livre em tempos de Pandemia e a importância da tecnologia**

Ao entender a importância da realização do ATL, em todos os anos, no de 2020, o mundo foi surpreendido pelo Covid-19. Ainda que em situação de epidemia global, os territórios continuavam a ser invadidos, os garimpeiros continuavam a fazer a retirada ilegal de madeira, cenário em que as casas de rezas do Povo Kaiowa e Guarani foram queimadas e indígenas perseguidos e mortos por garimpeiros, fazendeiros e madeireiros, naquele cenário, levando a contaminação para dentro das aldeias.

Naquela situação de isolamento, houve uma tendência de que a luta fosse “abafada”, contudo, as redes sociais, as novas tecnologias, passaram a ser estratégias de luta, de vez que cresceu o número de uso dessas ferramentas, nas comunidades, a fim de continuarem se pronunciando, em defesa dos direitos originários.

Foi então que o ATL se fez de modo *online* mediante o uso de plataformas digitais, tanto assim que, ao longo de 4 dias, houve diálogos sobre a gestão dos territórios, retirada de direitos e a pandemia, assim como a vulnerabilidade, os impactos e enfrentamentos ao Covid-19, dentro das aldeias. Também, foram tratados a questão da saúde indígena em tempos de pandemia e os planejamentos dos povos indígenas para sua proteção e, da mesma forma, o desafio dos estudantes indígenas. Assim, com a ajuda da *internet*, os povos indígenas puderam se reunir e discutir sobre o que se refere às dificuldades enfrentadas, naquele momento.

Com esse advento tecnológico, muitos indígenas formaram coletivos *online*, ampliaram suas redes sociais e pessoais, levando informações acerca do novo modo de vida a ser adotado, valendo salientar que um dos projetos que teve um salto naquela época foi o coletivo Mídia Indígena, que será conceituado a seguir.

Neste passo, é importante destacar que os mais jovens ou aqueles com mais facilidades em lidar com essas tecnologias tiveram um grande papel, quando repassaram as informações aos mais velhos, com base do que era compartilhado nas grandes mídias. Foi a partir daí que muitos jovens indígenas começaram a protagonizar-se no espaço da *internet* enquanto indígenas, inúmeros criando seus próprios canais em várias plataformas digitais, fortalecendo o “decolonizar da *internet*”.

## **2.6. Mídia Indígena**



A mídia indígena apresenta-se como um projeto de rede de comunicação descentralizada, trabalhando conteúdos por meios alternativos e é composta por jovens de diferentes etnias que produzem e divulgam diversas informações sobre a questão indígena, nas plataformas digitais, dentre elas o Instagram. Tem atuado no fortalecimento da comunicação como ferramenta de luta, desde 2015. Ele surgiu com o intuito de dar visibilidade às lutas dos povos indígenas brasileiros.

A partir dessa oportunidade e alcance é importante afirmar que redes sociais não são tidas como especificamente ferramentas urbanas, pois estão presentes em vários movimentos sociais, aqui, nos tradicionais, como o movimento indígena:

O movimento Indígena surge como forma de resistência às opostas políticas de interesses capitalistas, formando-se um movimento social, para que juntos se mobilizem contra tantos retrocessos impostos historicamente a um povo nato das terras brasileiras. Conforme se observa, a luta de tal movimento constitui numa reparação histórica e a manutenção de poucos direitos adquiridos para que possa se viver com o mínimo de identidade e cultura preservadas. (BORGES et al, 2018, p. 284)

Assim, a internet pode ser caracterizada como um instrumento de luta mediante o qual, em tese, o indígena não é barrado de ocupar tal espaço e, nesse sentido, afirma-se que “as novas tecnologias de comunicação digital se constituem potencialmente valiosos instrumentos para mudança social, sendo mais acessíveis àqueles que não detêm. São os recursos materiais para comunicar-se” (KAWAGE, 2019, *apud* CASTELLS, 2007, p. 90).

O Instagram da mídia indígena conta com mais de cem mil seguidores; nele se compartilham fotos e vídeos que, na atualidade, têm grande poder de engajamento, alcançando ampla visibilidade, tendo-se em vista que é a rede social mais engajada no mundo. Nela os indígenas são atores sociais, pois estão à frente dos planejamentos, suportes e postagens de conteúdos informativos, bem como têm lugar e propriedade de fala, conseguem exercer autonomia enquanto produtores de conteúdo, tendo como seus objetivos os da luta e resistência, utilizando as tecnologias e conhecimentos informacionais.

## 2.7. Pandemia e Marco Temporal

O ano de 2020, com o advento da Pandemia Global do Covid-19, foi o ano que marcou e intensificou o uso da internet, pois esta se tornou essencial para levar informações referentes ao novo vírus que assolava o mundo, além de mostrar a crise sanitária dentro das aldeias. Nesse cenário muitas etnias criaram páginas em vários *sites*, para que as informações a respeito dos cuidados a serem tomados naquele momento pudessem chegar de maneira rápida e fácil, com o cuidado de não precisar sair de casa. Além disso, foi desde então que cresceu o número de *influencers digitais*<sup>3</sup> indígenas, estes que se colocavam à frente das câmeras e produziam conteúdos na língua indígena do seu povo, como uma forma de precaução diante das instruções dadas pela Organização Mundial de Saúde, compartilhando informações relevantes ao cuidado contra o coronavírus.

<sup>3</sup> Influenciadores digitais são pessoas presentes nas mídias sociais, que exercem influência através de suas opiniões e atitudes, independentemente do número de seguidores, em um determinado nicho ou grupo de indivíduos. Produzem conteúdo online para pelo menos uma plataforma e possuem audiência segmentada ou massiva, utilizam uma linguagem específica para se comunicar com seu público e, atualmente, estão mais presentes no Instagram e YouTube. (TEIXEIRA, 2018, pag. 9)



Ao mesmo passo que o mundo enfrentava uma calamidade, na saúde pública, os povos indígenas no Brasil viviam simultaneamente uma terrível ameaça à vida: o marco temporal<sup>4</sup>. Ainda em situação de pandemia, o julgamento do PL 490/2007<sup>5</sup> foi retomado em junho de 2021. Em face dessa grave ameaça, os povos indígenas se mobilizaram, na capital do país, em Brasília, e em frente ao prédio do Supremo Tribunal Federal, para acompanhar a votação. Para que essa grande reunião acontecesse, um dos principais meios de comunicação usado foi a internet.

Para explicar tanto aos próprios indígenas quanto aos não conhecedores da causa, muitos indígenas produziram mídias em suas redes sociais, argumentando que aquela tese, a do marco temporal, representava um genocídio legislado, ocasião em que, como ferramenta de luta, os povos indígenas lotaram a internet com campanhas como “não ao marco temporal”, “nossa história não começa em 1988”, “marco temporal e morte indígena” etc. Somente assim, a informação chegaria a um número inimaginável de pessoas e, como resultado, muitos artistas nacionais e internacionais, ongs e institutos, dentre outros, apoiaram a causa e fizeram apelos e campanhas, na internet, perante a Suprema Corte Brasileira, em favor do direito originário. No dia 22 de setembro de 2023, após dezessete anos de luta, a tese do marco temporal foi enterrada, com votação favorável aos povos indígenas, consoante decisão proferida pelo STF, valendo salientar que, em todo esse processo, a internet e as tecnologias foram grandes aliadas. Infelizmente, em apenas alguns dias após essa decisão, o Senado aprovou o PL 2.903/2023, que tramitava na Casa há apenas quatro meses, após passar anos na Câmara dos Deputados. Apesar desse cenário, ainda assim a tecnologia vem sendo uma grande aliada na luta para proteção dos territórios tradicionais indígenas.

## 2.8. Protagonismo Indígena e Comunicação Indígena

Com todo esse crescimento no mundo da internet, muitos indígenas, apoderando-se dos meios atuais de comunicação, passaram a protagonizar nas telas e a ter reconhecimento nacional como ativistas da causa.

Um dos nomes mais conhecidos é o de Sônia Guajajara, atual Ministra dos Povos Indígenas e a Deputada Federal Célia Xakriabá, dentre tantos outros nomes que hoje têm tomado espaço em cargos de governo e na política. Contudo, a trajetória vem de há muito tempo até chegar onde está, hoje em dia, e, desse modo, mais uma vez salienta-se a importância que a comunicação teve, nesse reconhecimento digital, principalmente nas redes sociais.

Sônia e Célia, por meio de suas contas na plataforma do Instagram, reforçam acerca do combate aos preconceitos, compartilham tradições e valorização da ancestralidade. Além dessas frentes midiáticas, não se pode esquecer quem está por detrás das câmeras e que, fazendo uso de equipamentos, como um celular ou câmera fotográfica, registra momentos únicos, seja nos territórios seja nos movimentos indígenas.

Sendo assim, no ano de 2022, a Mídia Ninja fez uma seleção de dez fotografos indígenas, para conhecer e seguir nas redes sociais<sup>6</sup>. Sem a ajuda de intermediários e muito conscientes dos assuntos que mais importam, eles estão por detrás das lentes das câmeras,

<sup>4</sup> Marco temporal é uma tese jurídica segundo a qual os povos indígenas têm direito de ocupar apenas as terras que ocupavam ou já disputavam em 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição. Fonte: Agência Câmara de Notícias

<sup>5</sup> Projeto de Lei que regulava até então (em 2023 o número da proposta foi alterado) a tese do Marco Temporal.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://midianinja.org/news/10-fotografos-indigenas-que-voce-precisa-conhecer-e-seguir-no-instagram/>





celulares e no comando de drones, como testemunhas, mas também, protagonistas dos fatos. Com autonomia e vivências ímpares, “escrevem” a própria história e traduzem, em imagens, a força da mobilização indígena.

Outro nome muito conhecido é o de Maíra Tatuyo, a indígena brasileira mais seguida do Tik Tok, com cerca de 6,6 milhões de seguidores, a qual começou a fazer vídeos para internet, no ano de 2020, no alarmante cenário do Covid-19. Em uma entrevista para o jornal Estadão, ela relata que começou a fazer vídeo para a internet, nessa época, pois a maior fonte de renda para as famílias de sua aldeia eram as visitas culturais e a venda de artesanato, que diminuíram com o cenário da pandemia. Em seus vídeos, ela mostra o dia a dia na aldeia, as práticas de sobrevivência, as atividades culturais e ensina algumas palavras na sua língua indígena, conteúdos esses que viralizaram, na internet, ambiente em que se tornou uma das indígenas protagonistas. Em 2023, por intermédio do projeto Mulheres Inspiradoras (Role Models), que celebrou os 65 anos da boneca mais famosa, a Barbie, pela primeira vez, na história surgiu uma boneca indígena inspirada em Maira. Na entrevista, ela relata:

“Nas redes sociais, eu posto falando da minha etnia, da qual eu tenho conhecimento. Conto histórias, falo do nosso modo de vida, como a gente vive hoje em dia... Quero mostrar nossa realidade. Espero que as pessoas também tenham conhecimento que nós, povos indígenas, estamos vivendo e crescendo em uma outra realidade, porque as pessoas não têm esse conhecimento. Não sabem como a gente vive no dia a dia.”

Esse é um dos exemplos em que indígenas se tornaram protagonistas, quando se utilizaram da internet como um meio de desconstruir padrões.

Recentemente, no dia 19 de abril de 2024, no qual é celebrado o dia dos Povos Indígenas em comemoração ao “Abril Indígena”, DJ Alok, mundialmente conhecido, em parceria com mais de 60 indígenas artistas musicais, lançou na plataforma digital a música *Spotify*, o álbum “*The Future is Ancestral*”, “o Futuro e Ancestral”, desta forma contribuindo para a decolonização da internet por meio da tecnologia. Em entrevista à CNN Brasil, Alok afirma: “Vocês verão que não é preciso entender os idiomas indígenas para sentir o que eles têm a dizer. ‘O Futuro É Ancestral’ não é somente um projeto musical, ele é um movimento para reflorestar o imaginário da nossa sociedade e sua percepção em relação aos povos indígenas e a importância de sua presença em múltiplos territórios”.

Desse projeto ainda participam as etnias Huni Kuin, Yawanawa, Kariri Xocó, Guarani Mbyá, Xakriabá, Guarani-Kaiowá, Kaingang e Guarani Nhandewa. Indígenas artistas, como Mapu Huni Kuin, Brô MC’s, Rasu e grupo Yawanawa e Owerá MC, podem ecoar a voz indígena e levar suas lutas por meio da música para milhões de pessoas que usam essa plataforma de *stream*.

### 3. Metodologia

O estudo se desenvolveu com base em pesquisa exploratória, por meio de levantamento bibliográfico, artigos científicos sobre o tema em questão, doutrina, tratados internacionais e legislação nacional. A análise da bibliografia possibilitou selecionar conceitos que postulam e agregam ao texto o refinamento da argumentação no que diz respeito ao tema.

### 4. Resultados e Discussões



A utilização de celulares, câmeras e drones, por sua natureza de instrumentos da tecnologia, permitem que sejam produzidos, nos territórios dos indígenas, e projetem para o mundo conteúdos que decolonizam o pensamento em relação àqueles habitantes, além de denúncias sobre desmatamentos, a existência de áreas de preservação degradadas e violadas, ocorrência de crimes de estupro, assassinatos, prática de intolerância religiosa, afora outros acontecimentos agressivos a esses povos tradicionais. Para Além disso, permite mostrar a beleza e a riqueza da cultura dos povos indígenas dentro da especificidade de cada um dos mais de 370 povos que ainda resistem no Brasil.

Avaliou-se, também, a importância do protagonismo no papel de *influencers* indígenas, no Instagram, TikTok, Twitter, YouTube etc., aparatos tecnológicos que, de maneira descomplicada, levam informações aos parentes indígenas quanto não indígenas, enfim, ao mundo em geral, e assim, concorrem para decolonizar a internet.

## 5. Considerações Finais

Com a contribuição das tecnologias, pode-se concluir que, para além de outras discussões, esta pesquisa conseguiu alcançar o objetivo, qual seja, o de analisar o uso das tecnologias para mostrar e desconstruir o estereótipo do ser indígena por meio da internet, bem assim que, mesmo ainda existindo pessoas que acreditam que o indígena não pode ocupar outros espaços, fora da aldeia, há muitos conteúdos, nas plataformas digitais, que mostram o contrário. Ao permitir a divulgação de conteúdos indígenas, o uso da comunicação se destaca pela sua grande importância, nessa luta, no cenário atual, engajando pessoas, de maneira histórica, por meio das redes sociais, como o Instagram, considerando-se o gigantesco alcance mundial a que esse *site* chega.

Dessa forma, deve-se considerar o uso da tecnologia e das redes sociais como uma alternativa para dar visibilidade a povos e culturas silenciados, durante séculos. Significa forma de resistência, desconstruindo padrões e perspectivas impostas em um país totalmente influenciado economicamente, religiosamente e culturalmente pelos europeus. No que que isso, ainda há manifestações retrógradadas em relação aos povos indígenas, o que se infere de publicações e comentários expressos por frases tais como “o mundo está perdido, índio agora tem iphone”, “o índio agora é blogueiro porque não tem o que fazer”, além de tantos outros comentários de cunho discriminatório. Demarcar esses espaços virtuais e decolonizar a internet é objetivo fundamental para a luta indígena.

Há quem diga que, quando o indígena usa desses meios, se torna menos indígena. Os povos originários vêm resistindo e lutando pela sua existência, pela vida e pela preservação de sua cultura, há mais de 520 anos. Usar desses meios para fortalecer a luta não os fazem menos indígenas, muito pelo contrário, possibilita-lhes reafirmarem sua identidade, que um dia tentaram apagar, mas agora, estão presentes em vários espaços e pretendem ocupar muitos outros. Para finalizar, utilizar-se-á de uma campanha levantada por meio de *hashtag*<sup>7</sup>, utilizada por indígenas, defensores e apoiadores da causa na internet, como uma forma de decolonização: acostumem-se com a retomada indígena, na perspectiva de, com base nessa forma de tecnologia, merecendo empatia por parte do mundo não indígena, neste se incluam cada vez mais e deem sua contribuição para o desenvolvimento do país.

---

<sup>7</sup> Hashtag é um termo associado a assuntos ou discussões que se deseja indexar em redes sociais, inserindo o símbolo da cerquilha (#) antes da palavra, frase ou expressão. Quando a combinação é publicada, transforma-se em um hiperlink que leva para uma página com outras publicações relacionadas ao mesmo tema.



## Referências bibliográficas

BORGES, Kristielen Et. al. **Movimento social indígena**. Caderno Humanidades em Perspectivas - I Simpósio de Pesquisa Social e I Encontro de Pesquisadores em Serviço Social - Edição Especial Julho/2018

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRANDT, Lilian. **As 10 mentiras mais contadas sobre os indígenas**. Revista Forum, 2014. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/direitos/2014/12/3/as-10-mentiras-mais-contadas-sobre-os-indigenas-10984.html>. Acesso em Setembro de 2023.

Câmara dos Deputados. **O que é marco temporal e quais são os argumentos favoráveis e contrários**. Agência Câmara de Notícias, 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/966618-o-que-e-marco-temporal-e-quais-os-argumentos-favoraveis-e-contrarios/>. Acesso em Setembro de 2022.

**CARTA RÉGIA, 05 DE DEZEMBRO DE 1613**. Carta Régia — liberdade dos índios do Brasil em Angola. D. FILIPE II (1598-1621), Livro 1613-1619

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia Internet**. Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade, Lisboa Fundação Calouste Gulbenkian. 2007.

CASTRO Gómez, S. & Grosfoguel, R. (2007). Prólogo. **Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico**. In **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. (pp. 09-23). Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.

COELHO, Damy; LEGRAMANDI, Sabrina. Influencer indígena vira Barbie no Dia da Mulher; conheça Maira Gomez, a Cunhaporanga. **Estadão**. 6 de Março de 2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/emails/comportamento/influencer-indigena-vira-barbie-no-dia-da-mulher-conheca-maira-gomez-a-cunhaporanga/>. Acesso em: Abril de 2024

CORREIA, Silvia Barbosa; MAIA, Luciana Maria. **Representações Sociais do “Ser Indígena”**: Uma Análise a Partir do Não Indígena. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003221380>. Acesso em Setembro de 2022.

KAHWAGE, Nathália Lima. **Representação política, gênero e relações de poder: Análise de aspectos discursivos da atuação das vereadoras de Belém e de Manaus no Facebook** /Nathália Kahwage — 2019.

CHRIST, Geovana. **Alok lança álbum e faz show na Esplanada dos Ministérios, em Brasília**. CNN Brasil. 20 de Abril de 2024. Disponível em:





<https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/alok-lanca-novo-album-e-faz-show-na-esplanada-dos-ministerios-em-brasilia/>. Acesso em: 27 de Abril de 2024.

MIGNOLO, W. D. (2007). **El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura**. Un manifiesto. In S. C. Gómez & R. Grosfoguel (Orgs.), *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global* (pp. 25-46). Bogotá: Siglo del Hombre Editores ; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.

QUIJANO, A. (1992). **Colonialidad y Modernidad-racionalidad**. In H. Bonillo (Org.), *Los conquistados* (pp. 437-449). Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO.

SAFERNET. **Crimes de ódio na internet tiveram aumento de quase 70% no primeiro semestre de 2022**. Rádio Senado, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2022/10/10/crimes-de-odio-na-internet-tiveram-aumento-de-quase-70-no-primeiro-semester>. Acesso em Setembro de 2022.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **O Renascer dos Povos indígenas para o Direito**. 2 tir. Curitiba: Juruá Editora. 1999.

TEIXEIRA, Vanessa Cristiane. **INFLUENCIADORES DIGITAIS: COMO ESTRATÉGIA DE MARKETING**. 2018. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/10501/1/Influenciadores%20Digitais%20como%20estrat%C3%A9gia%20de%20Marketing.pdf>. Acesso em Setembro de 2022.

WALSH, C. (2009). **Interculturalidade, Estado, Sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época**. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar; Ediciones Abya-Yala.